Informativo CNI
Ano 3 • Número 2 • fevereiro de 2016 • www.cni.org.br

OMC: a Argentina declara pleno cumprimento da decisão pelas restrições às importações 2

Argentina busca reinserção no plano internacional 2

INFORMATIVO DE BUENOS AIRES

CNI
Confederação Nacional da Indústria
CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

SIMI: importadores denunciam demora na aprovação de licenças

Decorridos dois meses desde a implantação do novo Sistema Integral de Monitoramento das Importações (SIMI), já existem registros de reclamações por parte de alguns setores importadores segundo os quais o processo continua demorado, mantendo o panorama restritivo às importações na Argentina.

O novo sistema opera desde o dia 21 de dezembro de 2015 e estabelece um mecanismo de licenças automáticas para a maioria dos produtos importados e outro de licenças não automáticas (LNAs), apenas para aqueles incluídos em uma lista de 1.400 produtos considerados sensíveis. Essas LNAs devem ser aprovadas em um prazo máximo de 60 dias, segundo a OMC. Adicionalmente, da totalidade de produtos sujeitos a essas licenças, um terço está submetido a restrições técnicas e necessitam da certificação de órgãos específicos.

A partir da revogação do regime das Declarações Juradas Antecipadas de Importação (DJAI), esperava-se maior fluidez para as operações dos importadores. Com a **demora e falta de agilidade na tramitação das licenças**, persistem **incertezas** sobre a efetividade do novo regime. Há ainda registros de reclamações em relação aos canais de diálogo com as autoridades, bem como sobre a falta de articulação entre os organismos que intervêm no controle.

Outros problemas também foram registrados como, por exemplo, o pedido feito pela Federação de Câmaras de Comércio Exterior à Secretaria de Comércio solicitando que certos produtos fossem retirados da lista de LNAs. A justificativa apresentada foi no sentido de que os produtos **não são fabricados localmente e se constituem em insumos fundamentais para a produção de certas indústrias.**

Cabe recordar que a lista de 1.400 posições é 2,5 vezes superior àquela que vigorava até 2012 e representa quase 20% das importações argentinas.

A lista original e as modificações posteriores foram elaboradas por meio de consultas aos representantes setoriais, inclusive com a participação das câmaras de comércio. Por sua vez, os próprios setores produtivos estão sendo prejudicados e agora solicitam que sejam excluídos os produtos não fabricados no país, considerados necessários para o funcionamento das empresas industriais. Acredita-se que a Secretaria de Comércio argentina esteja em processo de revisão das listas de licenças, sendo possíveis novas modificações na medida em que o sistema evolui.

OMC: a Argentina declara pleno cumprimento da decisão sobre restrições às importações

A delegação argentina apresentou, no dia 15 de janeiro de 2016, ao Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) da Organização Mundial do Comércio (OMC) um relatório comunicando o funcionamento do novo controle das importações (SIMI) em substituição às DJAIs. Com isso, **a Argentina considera que cumpriu com suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos** no painel aberto pelos EUA, Japão e União Europeia que denunciou as restrições às importações aplicadas pelo país. O prazo final para solução dos problemas apontados era até 31 de dezembro de 2015. No dia 18 de janeiro de 2016, a Argentina fechou acordo com cada uma das partes individualmente para facilitar a solução da controvérsia, estabelecendo prazos para que os demandantes realizem consultas ou solicitem o estabelecimento de um grupo especial de acompanhamento.

Argentina busca reinserção no plano internacional

O presidente argentino, Mauricio Macri, em sua fala na coletiva de imprensa realizada no encerramento das atividades desenvolvidas no Fórum Econômico Mundial de Davos, no final de janeiro, destacou a necessidade de recuperar a integração da Argentina ao mercado financeiro mundial. As recentes correções macroeconômicas que estão sendo desenvolvidas no âmbito do programa econômico do novo governo são **chaves para que o país volte a se inserir no plano internacional e readquira a capacidade de obter financiamento externo.**

As novas políticas deverão ser seguidas de perto pela comunidade internacional pelos seus impactos em termos financeiros. Uma delas consiste na decisão de avançar para o **cumprimento do artigo IV do FMI**[1], que permitirá que sejam novamente elaborados e publicados relatórios sobre o país por parte do organismo internacional que deixaram de ser realizados desde a presidência de Néstor Kirchner. A recuperação da confiança no levantamento dos indicadores econômicos da Argentina comprometida desde a intervenção no INDEC – o IBGE argentino – está na raiz dessa aproximação. O reestabelecimento das relações com o FMI permitiria, no caso de necessidade, **o acesso da Argentina a financiamento com taxas mais baixas que as de mercado**, ainda que não seja a ideia das autoridades avançar neste sentido.

Após reunião do Ministro de Fazenda e Finanças, Alfonso Prat-Gay, com seu par norte-americano, Jack Lew, outra etapa importante da reinserção internacional da Argentina foi delineada - os EUA **anunciaram que deixarão de se opor de forma automática às solicitações de créditos a instituições multilaterais apresentadas pela Argentina.**

As restrições norte-americanas aos pedidos argentinos de créditos vêm sendo aplicadas desde o ano de 2011 e significaram importante obstáculo ao acesso a planos de apoio do Banco Mundial ou projetos de infraestrutura do BID. De acordo com o anunciado pelo Secretário do Tesouro americano, a restrição se modificaria sobre a base do "progresso do governo em temas chaves e a trajetória positiva de sua política econômica".

[1] *Artigo do regulamento do Fundo que prevê consultas anuais aos países-membros, nas quais são feitas avaliações do desempenho macroeconômico do período. Fonte: Banco Central do Brasil*

Os encontros em Davos abordaram em geral temas políticos e de cooperação, incluindo questões relacionadas **a financiamentos e a investimentos**, tanto a nível setorial como na área de infraestrutura.

No entanto, foram também realizados diálogos sobre aspectos comerciais. Destacaram-se as reuniões com o primeiro ministro britânico, David Cameron, e o presidente do México, Enrique Peña Nieto, oportunidades em que foi mencionada a necessidade de ampliação do comércio entre os países e de melhoria das relações bilaterais, ainda sem aprofundamento sobre ações concretas a serem adotadas.

Embora não sejam esperados resultados imediatos em matéria comercial, esta primeira instância de relacionamento pode servir como base para melhorar o diálogo estratégico e dar sinais aos demais líderes políticos e econômicos e aos empresários estrangeiros sobre mudanças na agenda externa do novo governo. Isto, por sua vez, poderá no futuro levar a Argentina a firmar novos acordos comerciais e, inclusive ampliar aqueles que já se encontram vigentes.

A estratégia do presidente argentino se manteve concentrada em enviar sinais aos atores internacionais para melhoria da imagem do país na frente externa, com o objetivo de buscar maior confiança do mercado. É importante ressaltar que os efeitos positivos desses sinais dependem de políticas concretas e sustentáveis de inserção internacional.

INFORMATIVO DE BUENOS AIRES | Publicação mensal Confederação Nacional da Indústria - CNI | www.cni.org.br | Unidade de Negociações Internacionais - NEGINT Gerente Executiva: Soraya Saavedra Rosar | Equipe Técnica: Bruno Moraes, Eduardo Alvim, Fabrizio Panzini, e Lucia Maduro | E-mail: negint@cni.org.br | Website: negint.cni.org.br | Supervisão Gráfica: Núcleo de Editoração CNI | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte. Documento elaborado a partir de informações da ABECEB com dados entre os dias 17 de janeiro de 2016 a 17 de fevereiro de 2016.